

<http://www.anthroglobe.ca/docs/Mozal-in-portuguese.htm>



First posted: 5 November 2004 Last edited:

a mina desceu à cidade

memória histórica e a mais recente indústria moçambicana [1]

Paulo Granjo

paulogranjo@yahoo.com

Resumo

A recente implantação em Moçambique de uma grande fundição de alumínio, com tecnologia de última geração, não tinha à sua espera um vazio conceptual acerca do trabalho e dos seus perigos. As referências para a interpretação popular e operária desta fábrica - a Mozal - não vieram contudo das indústrias já existentes, mas da memória histórica acerca do trabalho mineiro na África do Sul, que se sucede desde há mais de um século. Essa memória modela não apenas a imagem pública da empresa mas, com base nela, a própria avaliação que os operários fazem dos perigos laborais e do seu trabalho. Como consequência, perigos concebíveis como semelhantes aos do trabalho nas minas são enfatizados e objecto de cautelas aparentemente excessivas, enquanto diminui a vigilância para com os restantes. Também o emprego é visto, à imagem da migração mineira, como uma situação transitória e bem paga, destinada a criar condições para uma vida melhor, noutra lugar.

As traseiras da minha casa em Maputo debruçam-se sobre um amplo terreno murado, onde alguém ergueu uma habitação com pedaços de madeira e zinco. Embora seja um tipo de construção habitual na cidade, contrasta aqui com os prédios de cimento que a rodeiam, tal como as mulheres que dela saem de manhã, com latas à cabeça até à torneira mais próxima, contrastam com o frequente ruído nocturno de água escorrendo dos depósitos para o chão, nos edifícios à volta.

Em frente dessa habitação, naquilo que passou a ser um grande quintal de terra batida, crianças pequenas vão sucessivamente brincando umas com as outras, perseguindo o cão e os pintos, ou tentando trepar os restos de automóveis que enchem a maior parte do espaço.

Estes não estão lá, como num vulgar ferro-velho, com o objectivo de aproveitar as suas peças para viaturas idênticas, ou tão pouco para serem destruídos e reciclados, conforme exige a politicamente correcta conjugação de consumismo e preocupações ecológicas. Não. Neste quintal, homens martelam, cortam e soldam cadáveres de automóveis para construir, a partir de peças heteróclitas, engenhos que rolarão pelas ruas - como o "chapa" [2] que, há três anos, vi a pouco e pouco nascer em torno das longarinas de uma velha camioneta de caixa aberta.

Chegado a um dos muros desta oficina de reinvenção automóvel, ergue-se o largo tronco, vivo mas mutilado, de uma árvore que terá ameaçado fazer estragos naquilo que se encontrava em redor. Lembro-me dela frondosa e competindo em altura com um prédio de quatro pisos, mas não é hoje mais do que um corpo com os braços amputados e as profundas raízes que o alimentam e mantêm de pé. Continua apesar disso imponente, ombreando um segundo andar, enquanto os cotos de ramos que lhe sobram - mais grossos que muitas árvores - começam a tentar crescer em rebentos, afastando restos de trepadeiras parasitas.

Bem acima da mais alta decepção, contudo, pende do telhado próximo um longo ramo, com folhas ainda verdes. Agarrado à chaminé e a cada ângulo possível, num equilíbrio duvidoso, sugere vida própria. Foi ali deixado, talvez, por a sua remoção parecer mais perigosa do que assim ficar. Mas, ali, pendurado pelas pontas a uns três metros de tudo o que seja vegetal, atrai ainda mais o olhar do que a árvore a que pertenceu.



Para quem olha, não é o aspecto ainda viçoso deste ramo, que se sabe passageiro e enganador, aquilo que mais suscita a atenção e a imaginação. O que ressalta e quase choca é a ausência de matéria, de ligação, de árvore, entre o tronco decepado e o ramo que dele sabemos ter nascido - a ruptura separando o que originou e o que foi originado, anulando continuidades e impondo como diferente e autónomo aquilo que não o foi, sem que o vazio criado nos possa, apesar disso, fazer esquecer a identidade entre aquele tronco seco e vivo, e aquele ramo verde e morto.

Para mim, sempre que subo a escada ao som metálico das marteladas e não podendo deixar de olhar este jogo de continuidade e ruptura, é a metáfora do meu

terreno de estudo que vejo e ouço, que mais uma vez se me impõe.

A imagem poderia talvez aplicar-se a grande parte das dinâmicas que, em qualquer local, se desenrolam à nossa volta. Torna-se contudo uma sensação gritante quando pesquisamos na mais recente indústria moçambicana, nova de 3 anos e aplicando a mais avançada tecnologia de produção de alumínio – a Mozal.

Não que devesse espantar-nos ver essa empresa, o trabalho que nela decorre, os seus perigos e impacto, serem interpretados pelas pessoas segundo reapropriações de velhos princípios e de novos conceitos. Precisamente por isso ser esperado, aliás, é que ela se tornou o meu objecto de estudo.

No entanto – e é esse o fulcro do presente artigo – as referências que a população manipula para interpretar esta fábrica e o que nela se faz não provêm da sua experiência sobre indústrias já existentes, ou de uma qualquer forma “tradicional” de pensar o trabalho rural, mas da memória histórica acerca da migração para as minas na África do Sul. [3]

O que se sabe e imagina acerca da actividade mineira, com impacto social e continuidade desde há mais de um século, não se limita contudo a modelar a forma como a população encara a fábrica. Os próprios operários integram essas visões como suas, servindo elas de base à sua avaliação e atitude para com os perigos laborais e a profissão, que por sua vez as reforçam.

Analisarei, no final do artigo, as consequências desta situação para a segurança laboral e para a gestão de uma empresa a que é colada uma tal imagem.

Começarei contudo por apresentar o contexto fabril de que estamos a falar, e a importância social e imagética que o trabalho mineiro emigrante assume no sul de Moçambique. Exporei em seguida as características que, na memória histórica acerca dele, possibilitavam a utilização da mina enquanto modelo para conceber uma realidade como a Mozal. Discutirei então – naquilo que sobretudo me motivou a escrever este artigo – as razões e dinâmicas que terão transformado essa possibilidade conceptual em quadro interpretativo socialmente generalizado, e as manifestações práticas da sua adopção.

A Mozal

Será uma surpresa para muitos leitores que nos arredores de Maputo, no país

até há poucos anos cotado como o mais pobre do mundo, exista o mais recente e actualizado complexo de "refinação" de alumínio, de onde sai o metal com maior grau de pureza disponível no mercado mundial.

Trata-se, não obstante, de um projecto começado a esboçar já em 1995 (três anos após o final da guerra civil que assolou o país), concretizado no terreno a partir de 1998 e que no virar do século estava já em total funcionamento.

Os meios financeiros envolvidos são muito elevados (1.340 milhões de USD), sendo assegurados por um conjunto transnacional de proprietários, composto por empresas sediadas na Grã-Bretanha, Japão e África do Sul [4] e uma pequena participação do Estado moçambicano, a par de empréstimos de instituições oriundas desses países e da Alemanha e França.

Esta conjugação globalizante de meios tem por objectivo transformar em alumínio, dentro de uma zona franca para o efeito criada, minério de alumina que é extraído na Austrália pelo sócio principal, sendo a produção maioritariamente escoada para a Europa.

A transformação é conseguida através de um processo de electrólise (a que se chama "redução"), em fornos alimentados por uma corrente contínua de 335.000 amperes que aquece o minério a 960° C. A alumina e o catalisador vão sendo inseridos por comando informático em cada forno e, quando o metal fundido atinge o nível pré determinado, parte dele é retirado por sucção para dentro de cubas e transportado para as instalações onde é vazado em lingotes - a "Casthouse". Durante o processo de electrólise, os ânodos de grafite desgastam-se muito rapidamente, tendo que ser substituídos em menos de 4 semanas. Por essa razão, da mesma forma que a Mozal faz parte de uma estratégia de integração vertical do seu principal accionista, produz ela própria esses componentes, [5] naquilo a que chamaríamos uma fábrica, não estivesse ela integrada no mesmo complexo - a "Carbon".



Ilustração de um "potroom". À esquerda, os fornos; à direita, os terminais de controle informático; ao centro, ânodos esperando substituir os que se encontram desgastados.

As dimensões e valores de operação são impressionantes. O processo produtivo consome o quádruplo da energia que é utilizada pelo resto do país. As instalações ocupam 140 hectares e a área fabril em que centrei até agora a minha pesquisa, a "*Reduction*", é constituída por duas naves paralelas com 1 Km de comprimento (os "*potrooms*"), sucedendo-se em cada uma delas 144 dos fornos eléctricos que anteriormente referi. Apesar desta concentração de equipamento, o próprio acto de nos deslocarmos ao longo da fábrica acaba por se tornar fisicamente pesado, não apenas pelas distâncias envolvidas e a temperatura ambiente, mas também por esta se elevar de forma sensível sempre que passamos frente a um forno – o que acontece a cada 9 ou 10 passos que damos. No entanto, tonar-se-á mais cansativo no futuro, pois com a actual expansão da fábrica, desde início prevista, dentro de poucos meses serão 4 as naves e 576 os fornos, duplicando também, *grosso modo*, o consumo de energia e a produção. Esta cifra-se actualmente em cerca de 250.000 toneladas de

alumínio por ano.

Se a implantação de um tal complexo em Moçambique poderá, conforme referi, surpreender muitos, a forma como ele funciona é certamente uma surpresa para qualquer pessoa que conheça o país, ou mesmo outras indústrias complexas, noutros locais.

O primeiro aspecto saliente terá já sido deduzido pelo leitor, a partir dos termos utilizados nos parágrafos anteriores. A língua de trabalho é o inglês, o que se compreende não tanto pela nacionalidade dos sócios maioritários e a "importação" dos manuais de operação, mas sobretudo por grande parte dos técnicos e dirigentes terem origens nacionais muito diversas, com destaque para os sul-africanos neerlandófonos e os australianos. Sendo o idioma original de poucos trabalhadores e quadros, o inglês é assim apropriado como uma "língua franca" laboral, ao ponto de um operador moçambicano raramente conhecer as traduções portuguesas dos termos técnicos que sempre usa, mesmo quando se está a exprimir em português ou numa língua banto.

A necessidade de comunicar eficazmente em inglês contribuiu para uma outra particularidade observável na empresa. Na selecção de pessoal, o 10º ano de escolaridade foi colocado como patamar mínimo, mesmo se da frequência escolar não decorre necessariamente essa capacidade linguística. São contudo raros os operários com menos que o 12º ano, ao passo que vários deles ocultaram estudos superiores, por temerem não ser contratados caso tal fosse conhecido. Este empenho na admissão por parte de pessoas com uma escolaridade elevada e razoavelmente rara no país em que se inserem não deverá, no entanto, ser motivo de espanto. De facto, o vencimento pago a um operário, embora modesto segundo critérios europeus, corresponde a cerca de 8 a 10 salários normais fora da empresa, sendo por isso bastante atractivo.

Dessa conjugação de interesses resultou um quadro de pessoal operário com um nível de escolaridade superior ao que é habitual na grande maioria dos países e que contrasta ainda mais com as restantes indústrias moçambicanas.

As potencialidades de capitalização desta mão-de-obra e de construção de identidades por parte dela tornam-se, no entanto, plurais e contraditórias. Se por um lado existem as condições para que ela se conceba e afirme como algo de semelhante a uma aristocracia operária (e alguns comportamentos observáveis sugerem traços de uma evolução nesse sentido), [6] o contexto cultural em que se insere favorece, conforme veremos, que o seu emprego seja visto como transitório, e não como um

elemento identitário perene. Num outro campo, se a escolaridade longa induz hábitos conceptuais que facilitam a adaptação dos trabalhadores quer à lógica de ensino por que se rege a sua formação profissional, quer às formas vigentes de organização e controle do trabalho, é igualmente passível de criar resistências a pressupostos paternalistas que lhes estejam subjacentes. [7]

Tais pressupostos podem efectivamente ser descortinados, independentemente da eficiência que esta aparenta, na organização e controle do trabalho - que constitui, afinal, o aspecto mais surpreendente para quem observa a empresa.

De facto, cada uma das intervenções previstas no processo produtivo é objecto de fichas conhecidas por BOP ("*best operation proceedings*"), que indicam todas as acções elementares a efectuar, de que forma, por que ordem, com que ferramentas e equipamento de segurança, e tendo em conta que cuidados. Tanto as fichas quanto as suas pontuais alterações (na sequência de análises de incidentes ou de produtividade) são, ou rapidamente se tornam, do conhecimento dos operários, sendo-lhes exigido que as cumpram.

Esse cumprimento não é apenas assegurado através do controle por parte das chefias directas. Cada trabalhador tem um caderno de impressos duplicados, com que deverá reportar qualquer incidente que observe e as medidas que tomou relativamente a ele - podendo o assunto ir desde uma mancha de óleo em que alguém poderá escorregar, até procedimentos perigosos, ou fora das normas. Sendo a quantidade e qualidade destas notificações consideradas um critério para promoção, e não sendo nelas identificada a pessoa que foi interpelada por realizar uma acção tida como incorrecta, os próprios trabalhadores acabam, com alguma naturalidade, por participar activamente num processo de controle social induzido a partir dos escalões superiores.

O resultado é, simultaneamente, uma definição e organização muito precisas de cada procedimento de trabalho e um elevado grau de cumprimento, na sua execução, das normas pré definidas. [8] Observar repetidamente a actividade laboral, sobretudo quando ela envolve duas pessoas, torna-se assim uma experiência perturbadora, face à quase coreografia com rigorosa marcação a que assistimos, sem que consigamos imaginar uma forma mais rápida e fisicamente ligeira de executar aquelas tarefas. Conforme se compreende e adiante veremos, as regras definidas não estão isentas de reinterpretações e subversões; não são estas, contudo, que mais espanto provocam quando olhamos, mas a organização, eficiência, disciplina e aparente serenidade do

trabalho, traçando um quadro que se torna inesperado, por contrastante com o que habitualmente observamos no país em causa.

No entanto, se os indivíduos com responsabilidades directivas atribuem à organização do trabalho e a essa adequação às normas os bons resultados produtivos que a empresa mantém, não são estes resultados a base de justificação retórica para o funcionamento que tenho vindo a descrever, mas antes as preocupações de segurança.

Para quem, como eu, se habituou a olhar as indústrias “de risco” a partir de uma refinaria de petróleo, os perigos e a complexidade tecnológica parecem aqui, numa impressão talvez incorrecta, relativamente modestos. Tal não obsta a que a importância atribuída à segurança seja profusa e continuamente reiterada - em painéis luminosos, na documentação afixada ou publicada, no discurso corrente ou durante a “*induction*”, uma formação específica a que são submetidos os empreiteiros, seus trabalhadores ou qualquer outra pessoa que necessite de entrar nas instalações fabris.

O princípio recorrentemente afirmado é que «*Safety comes first, work comes second*», decorrendo aliás uma campanha que tem em vista atingir o objectivo de «*zero harm*». Não estamos, contudo, apenas perante uma retórica securitária, mas face a uma atitude que tem expressões práticas em todos os escalões hierárquicos que pude observar. A título de exemplo, assisti casualmente tanto a uma tomada de decisão em que se passaram a adoptar procedimentos mais seguros mas mais lentos, [9] quanto a alertas sobre potenciais fontes de perigo, feitos por operários a chefias de grau elevado. Mesmo entre si, são comuns os comentários dos operadores acerca de procedimentos de segurança que observam, tendo mesmo sido surpreendido, em conversa com um deles, pela sua argumentação de que «*eu posso não saber qual é a probabilidade (sic) de aquela viga nos cair em cima, mas se vejo que é possível ela cair, tenho é que sair debaixo dela*».

Em *suma*, assiste-se em geral a um primado do princípio de precaução [10] sobre a assunção de riscos, um primado que é reiterado e provavelmente suscitado a partir “de cima”, o que de novo contrasta de forma surpreendente com a minha experiência anterior (Granjo 2001 e 2002).

Importância e imaginário da migração mineira

À primeira vista, entre a situação descrita nesta empresa e as representações sobre o trabalho e condições de vida nas minas (sejam elas populares ou académicas)

parecem existir poucos pontos de contacto que legitimem a utilização das segundas como modelo para pensar a primeira. Veremos que, não obstante, algumas similitudes são implicitamente enfatizadas, legitimando a analogia entre estas duas realidades.

A selecção social da ida às minas - e não de qualquer outra experiência prévia - como modelo para conceber a Mozal só começa a tornar-se compreensível, no entanto, se tomarmos consciência da importância histórica, económica e simbólica desse movimento migratório.

Antes de mais, não se trata de um fenómeno recente, intermitente ou pouco relevante em termos quantitativos. Está registada desde 1895 - início do domínio efectivo de Portugal sobre o sul de Moçambique - a migração legal para as minas sul-africanas de 50.000 a 120.000 pessoas (First (dir.), 1998 [1977]), com uma presença média, em simultâneo, de cerca de 92.000 mineiros moçambicanos. Diversas pistas sugerem mesmo que esse fluxo regular pudesse ser mais antigo, realizando-se já sob tutela do Estado nguni de Gaza desde 1888, ou mesmo da década anterior. [11]

Tivesse ou não sido este o caso, os dados disponíveis permitem salientar a relevância dessa presença tanto no interior das minas quanto nas regiões de origem dos emigrantes. Efectivamente, os moçambicanos representaram, em termos médios, mais de 1/3 da mão-de-obra mineira da África do Sul, com flutuações que só pontualmente os fizeram descer abaixo dos 25% e que noutros anos os tornaram a maioria dos trabalhadores contratados. No plano interno, os cálculos da equipe de Ruth First (idem) indicam que o fluxo migratório terá, em função dessas flutuações, abrangido em cada momento de 20 a 30% da população activa masculina a sul do rio Save.

Não estamos, contudo, apenas perante um fenómeno massivo e continuado. Se é recorrentemente salientada a importância que ele veio assumindo para as finanças dos vários governos e para a acumulação de reservas de ouro por parte do Estado português durante a ditadura salazarista, devido ao processo do pagamento diferido de salários, [12] também o seu impacto económico e social é, em termos locais, muito significativo.

Como é evidente, o acesso a produtos manufacturados e a possibilidade da sua redistribuição familiar aumentaram fortemente, arrastando consigo um reequacionamento da valoração relativa dos diversos tipos de bens e, inclusive, dos

critérios de riqueza. Mas, sobretudo, sendo em grande medida justificada pela introdução da circulação monetária, a migração para as minas veio por sua vez reforçá-la, contribuindo para que ela se generalizasse a práticas económicas e sociais que eram antes reservadas ao fluxo de bens "tradicionalmente" valorizados em termos sociais e simbólicos.

O caso mais importante e prenhe de consequências será o do *lobolo*, em tempos traduzido com alguma ligeireza por "preço da noiva". A substituição, nas prestações matrimoniais, do gado e tecidos pela moeda - com uma utilização intermédia ou concomitante das enxadas de aço (Junod, 1996 [1912]) - veio introduzir uma nova questão. Mesmo que não tomássemos em conta a "inflação" no *lobolo* que se terá verificado ao longo do século XX (First, op. cit.), aquilo para que era necessário dinheiro deixava de ser, uma vez instalada essa monetarização, apenas o pagamento do imposto colonial e a aquisição de alguns bens, para passar a incluir o acesso ao estatuto efectivo de homem e a própria reprodução física do grupo. Dessa forma, face à ausência de alternativas eficazes para adquirir dinheiro, uma alteração que fora induzida pela disponibilidade de moeda resultante do trabalho migrante tornava este, agora, uma necessidade quase incontornável. [13] Neste processo, a própria instituição do *lobolo* sofre uma importante subversão do seu significado social, em virtude de a obtenção dos meios necessários à formalização do casamento passar a estar sobretudo (quando não exclusivamente) a cargo do noivo, e não dos seus familiares seniores. [14]

Se a recensão de consequências sociais da migração para as minas poderia ainda alargar-se a campos como a estética, a religião ou as relações de poder à escala familiar e local, o ponto que acabamos de referir estabelece uma ponte directa com uma das quatro principais representações que são socialmente reproduzidas acerca do trabalho mineiro.

Num estatuto que lembra aquele que foi em tempos atribuído ao serviço militar em Portugal, a migração para as minas é concebida como dura e "fazedora de homens". A sua dureza está amplamente documentada, tanto no que diz respeito à duração e condições de trabalho, quanto à vida nos "*compounds*" - concentracionários dormitórios/residência colectivos. Mas não é apenas dela que decorre, conforme pudemos ver, a capacidade do trabalho mineiro para fazer reconhecer socialmente um homem como homem. O próprio acesso ao casamento, condição essencial para a

aquisição desse estatuto, dependia e em diversos contextos dependerá ainda, para largas franjas da população masculina, da obtenção de dinheiro nas minas.

Pela importância deste facto nas estratégias individuais e por cada contrato ter uma duração relativamente reduzida, a migração mineira é igualmente encarada como uma situação bem paga mas transitória, destinada a fornecer meios para a criação de melhores condições de vida, após o regresso. Esta visão não se limita, aliás, a ser reproduzida discursivamente ou a dever-se a uma ausência de alternativas, pois ainda em 1995 foi reafirmada na prática, quando o Governo sul-africano ofereceu uma "amnistia" de residência permanente aos mineiros estrangeiros com 10 anos de serviço, tendo as candidaturas apresentadas por moçambicanos ficado muito abaixo das possibilidades e expectativas (Vletter, 1998).

O consenso social acerca desta transitoriedade envolve, contudo, o equacionamento de uma terceira noção: o carácter perigoso e desgastante do trabalho realizado. É esta a representação a que mais frequentemente teremos acesso em conversas informais, seja como caracterização abstracta, seja através da citação de casos que se ouvirem contar. Também este facto é compreensível, visto que os acidentes graves são efectivamente frequentes nas minas, tal como é marcante a imagem do mineiro que regressa com a saúde arruinada por graves problemas pulmonares. Os perigos desse trabalho não são, assim, equacionados apenas enquanto acidentes súbitos que ferem ou matam mas, sobretudo, sob a forma de gases e poeiras que vão sendo inalados e acumulados no peito dos indivíduos, minando a sua saúde e apressando a sua morte. Daí resulta a recorrente retórica popular de que *«quem passa 5 anos nas minas, só tem mais 5 anos de vida»*. Perigo de acidente no trabalho e pulmões arruinados depois dele são, então, características socialmente atribuídas ao trabalho mineiro que o fazem ser visto como indesejável enquanto emprego definitivo.

Por fim, uma última representação social que, mesmo após o fim do *apartheid*, continua a ser indissociável da migração para as minas aponta-a como um espaço de comportamentos racistas e abusos por parte de sul-africanos "brancos".

Potencialidade arquetípica da mina

Acontece que, independentemente da justiça ou injustiça dessa extrapolação, quase todas as representações que referi eram passíveis de ser atribuídas à Mozal.

Antes de mais, a própria escolha de Moçambique para a implantação de uma fábrica de tal dimensão suscitou na população estranheza e especulações que procuravam torná-la compreensível. Se algumas pessoas a encararam como um acto político decorrente do “casamento real” entre Nelson Mandela e Graça Machel, [15] a prévia polémica sobre o seu impacto ambiental sedimentou a convicção popular acerca do seu carácter poluidor e perigoso [16] - em parte, creio, porque tal podia também justificar a sua instalação num país pobre e economicamente dependente.

Uma das consequências desta convicção é ser a fábrica responsabilizada popularmente por ocorrências ecológicas indesejáveis, por vezes através de teses de uma fascinante criatividade especulativa no estabelecimento de relações causais: *«Dantes, havia muito peixe na baía. Agora, até os pescadores dos barcos têm que ir para o mar alto. Essa fábrica enche a água de alumínio. O senhor sabe, o alumínio brilha. Lá debaixo, brilha à noite e os peixes fogem para o mar alto, com medo, porque pensam que são os olhos de peixes grandes. Os olhos dos peixes grandes também brilham à noite.»* [17]

Outra consequência é que, sendo difícil para as pessoas aceitar que uma fábrica pudesse fazer mal ao que está à sua volta sem que o fizesse dentro de portas, concebê-la como perigosamente poluente arrastou consigo a convicção acerca da perigosidade do trabalho nela realizado. Não se trataria contudo de um perigo qualquer e abstracto, mas do mesmo que se atribuía, afinal, ao impacto da fábrica sobre o exterior: a poluição, isto é, substâncias ou gases venenosos - isto é, ainda, o mesmo perigo diferido que era relacionado com o trabalho mineiro.

A noção de que o trabalho na empresa seria excepcionalmente bem pago segundo os padrões locais, por seu lado, desde cedo se instalou, mesmo se as estimativas que as pessoas exteriores à empresa fazem acerca dos salários nela praticados sejam sistematicamente inferiores à realidade.

A conjugação destas duas representações fornecia, por sua vez, a matéria-prima conceptual para também considerar o trabalho na Mozal transitório, apesar de nunca ter encontrado fora da empresa esta ideia explicitada de forma directa, mas apenas implícita em afirmações que a pressupõem.

Por fim, embora raramente a população tenha conhecimento da actividade mineira ou antecedentes do principal accionista da Mozal, e este tenha hoje

nacionalidade oficial britânica, sempre ouvi referir a empresa como uma “fábrica sul-africana”.

Este rótulo poderá ter sido favorecido, se não suscitado, por se saber que o complexo fabril foi feito à imagem de um outro na África do Sul (propriedade do mesmo sócio maioritário) e pelo elevado peso de sul-africanos entre os técnicos iniciais e nos cargos de direcção. Foi, entretanto, certamente reforçado pelo teor das notícias publicadas durante as greves que ocorreram na fábrica em Fevereiro e Outubro de 2001, notícias que por seu lado já o tinham, em muitos casos, como pressuposto.

Concentrando a atenção no período da última greve, verificamos que a direcção da Mozal é frequentemente referida à/na imprensa como «os *sul-africanos*», ao passo que a exposição e discussão das reivindicações, tendo embora como tónica a desigualdade de regalias entre os trabalhadores moçambicanos e estrangeiros da empresa [18] (sempre chamados, quando é referida uma nacionalidade, “sul-africanos” ou mesmo “brancos sul-africanos”), argumenta inicialmente com a diferença entre os vencimentos pagos na Mozal e no complexo «irmão» de Richards Bay. A própria dinâmica da greve, em que foram “importados” trabalhadores desta última fábrica para evitar a inutilização dos fornos (por solidificação do minério), veio reforçar esta atribuição de nacionalidade.

O círculo de analogias fecha-se com duas outras notícias em que a ligação à memória das minas, e não apenas à África do Sul, é já evidente. Uma delas – aparentemente incorrecta, mas que adquiria plausibilidade neste quadro de referências – fala de supostas empresas sul-africanas que estariam a angariar moçambicanos para substituir os grevistas, quais Wenelas do sector industrial, e não do mineiro (Correio da Manhã, 11.10.2001, 1). A outra, posterior, acusava «boers» não identificados de tratamento racista e verbalmente insultuoso dos colegas moçambicanos (Expresso da Tarde, 11.01.2002, 4), soando como corolário de um feixe de referências que se vão suscitando e credibilizando umas às outras aos olhos da população, e sendo coerente com a imagem de abusivo autoritarismo que esta reteve da forma como foi gerida a greve. [19]

Os períodos de greve foram também momentos de reiteração, pela imprensa, da imagem dura e insalubre do trabalho na Mozal. No entanto, se em Fevereiro era sobretudo a dureza a ser realçada (particularmente a elevada temperatura dos fornos que, por tão longe estar da experiência sensorial dos indivíduos, foi por muitos

interpretada como a temperatura ambiente a que se trabalhava), [20] em Outubro as referências e interpretações centravam-se já nos perigos pulmonares, usassem os trabalhadores ou não o seu equipamento de protecção: «*é indispensável o uso de máscaras de gás em certos sectores, com risco de morte ou doença grave para quem não use*» (Correio da Manhã, 16/10/2001, 3); «*mesmo com o recurso ao uso de máscaras, referem que para a respiração, tais instrumentos requerem duas vezes mais do que o normal esforço para vencer o ar e conseguir respirar, o que permite facilmente uma pessoa apanhar bronquite*» (Imparcial, 18/10/2001, 3).

Apropriação da mina como arquétipo

Verificamos assim que, das várias representações já sedimentadas na memória histórica que a população reproduz acerca da migração mineira, apenas a sua capacidade de “fazer homens” não encontrou base para aplicação analógica à Mozal. As restantes não só a encontraram, como foram manipuladas colectivamente para caracterizar a empresa, num processo com uma dinâmica tautológica de que será hoje difícil ou impossível encontrar o ponto inicial.

De facto, tudo indica que estamos perante um processo de construção conceptual com sucessivos *feedbacks* nos dois sentidos. Aspectos vagamente coincidentes com o que se sabe das minas vieram legitimar que estas sirvam de base comparativa para interpretar a nova empresa. O diferente olhar sobre a fábrica que daí resulta vai despertar a atenção para outras analogias entre estas duas realidades que, reforçando as aparentes semelhanças, por sua vez convidam a fazer comparações *mutatis mutantis* - até que, por fim, se diz da fábrica o que se diz das minas e se enfatiza a identidade entre ambas. Aquilo que era antes um termo de comparação transforma-se, como nalgumas utilizações de teorias académicas, na matriz à luz da qual se percepção e analisa o que se vai sabendo da empresa - privilegiando o uso de equivalências, mesmo que um pouco forçadas, e secundarizando as especificidades que não se encaixam no modelo.

O resultado que podemos actualmente observar é eloquente.

Embora os salários pagos sejam invejados e o desejo de ser admitido na fábrica esteja bastante presente, sobretudo entre os jovens, [21] é sistematicamente repetido, referindo-se à Mozal, o discurso-tipo acerca das minas. Assim, quase qualquer pessoa interrogada sobre o assunto dirá que «*eles ganham bem, mas ficam*

com a saúde arruinada», reproduzindo a velha frase «*trabalha-se lá 5 anos e tem-se mais 5 anos de vida*» numa certeza quase cabalística, apesar de a fábrica ser mais recente do que isso. [22] Por outro lado, factos que não podem ser relativos a trabalhadores da empresa, mas que são parte integrante da memória histórica acerca da migração mineira, são frequentemente apresentados como provas cabais da convicção anterior: «*todas as semanas aparecem no Hospital Central operários da Mozal quase a morrer com problemas nos pulmões*». [23]

O que hoje encontramos publicamente, então, não é sequer a construção de um imaginário sobre a fábrica que recorra a referências mineiras, mas antes a transposição directa do imaginário acerca das minas (e do discurso que habitualmente o reafirma) para uma nova realidade industrial.

Concordando-se que o processo é o anteriormente exposto e que as bases lógicas para o seu desenvolvimento terão ficado demonstradas, fica contudo por explicar porque razão foram as minas - e não qualquer outra realidade passada, relativamente à qual também pudessem ser estabelecidas analogias - a servir de arquétipo para a Mozal. Nesta questão, creio que estamos hoje limitados, até pela dinâmica tautológica que salientei, a apenas fazer especulações plausíveis.

Ao procurá-las, deveremos ter em conta que, se em abstracto a reapropriação de antigas noções rurais sobre o trabalho seria sempre viável numa população recentemente urbanizada, [24] essas noções não são apenas formadas por referências “tradicionais” e agrícolas, ou por uma lógica de “economia de subsistência”. Tal como recorda José Negrão (2001), a família rural da África austral é uma unidade complexa em que trabalho e consumo são inseparáveis; em ambas as vertentes foi relevante o impacto do *chibalo* (ver nota 13), da cultura e comercialização compulsivas de algodão e da migração mineira, cujas memórias e representações são parte integrante do conjunto, se não sistema, de conceptualizações do trabalho (Cf. Harries, 1994; Covane, 2001). Neste quadro, compreender-se-á que é bastante mais adequada a manipulação analógica de “noções rurais” ligadas ao assalariamento, ou mesmo – até pelo seu peso simbólico e histórico – especificamente às minas, do que das ligadas à actividade agrícola.

Menos clara será a secundarização das referências urbanas ligadas às indústrias, tanto mais que algumas delas são visivelmente poluentes e/ou perigosas,

[25] características que são enfatizadas pela população quando pensa a Mozal.

Creio que neste caso terão estado envolvidos dois factores principais.

As indústrias anteriormente instaladas são, em termos gerais, vistas como nacionais, com tecnologias antigas, "remendadas", e com uma gestão displicente ou mesmo corrupta - não fazendo as referências literárias recentes [26]_mais do que reflectir imagens bastante consensuais entre a população, independentemente da sua justeza em cada caso. Ora nenhuma destas características se adequa ao que, desde antes da sua instalação, foi dito ou conhecido acerca da Mozal, tornando problemática a utilização da indústria conhecida como modelo para conceber a que agora aparecia.

Por outro lado, conforme me salientou em estimulante conversa o engenheiro moçambicano Pico Soares, sendo pouco representativa e mesmo discutível a existência de uma cultura operária entre os seus compatriotas, o conhecimento do trabalho e metodologia mineiras é significativamente profundo e generalizado, não só através de experiência própria, como por disseminação no meio familiar.

De forma só aparentemente paradoxal, a migração mineira destaca-se, assim, como o mais adequado e conhecido de entre os termos de comparação de que a população dispunha para interpretar a Mozal.

No percurso desde esta situação de potencialidade até uma efectiva apropriação da mina como modelo, terá certamente sido essencial a sua relevância simbólica e social; mas creio que também os factores que permitiam ligar a fábrica à África do Sul, referência incontornável na região, desempenharam um papel determinante.

Dentro da "mina a céu aberto"

Mantendo uma ligação directa com este último ponto, algumas características reais do funcionamento e do enquadramento legal da empresa não foram, ao contrário do que se esperaria, significativamente manipuladas pela população.

Se durante a greve de Outubro de 2001 é frequente o discurso mediático que apresenta a Mozal como um espaço de excepção ao abrigo das regras nacionais, essa visão decorre de polémicas jurídicas e de interpretações da posição do Governo face ao conflito, e não de especificidades intrínsecas da fábrica.

Não obstante, situando-se numa zona franca, tendo o inglês como língua oficial

e métodos de funcionamento tão fortemente contrastantes com os que são comuns nas empresas locais, a Mozal poderia facilmente ser encarada (dentro do quadro de referências que temos vindo a acompanhar) como um espaço não nacional, numa situação de liminaridade que a equiparasse ainda mais à emigração.

Tal não aconteceu, parece-me, fundamentalmente por desconhecimento público acerca destes aspectos. Contudo, eles impõem-se aos operários em cada dia que trabalham, e poderão ter tido alguma influência na adopção, por eles, do arquétipo da mina que havia sido gerado no seio da população.

De facto, não só os operários comungam desse modelo conceptual, como tudo indica ser ele um dos "referentes societários" trazidos do exterior para dentro da empresa, de que fala Denis Duclos (1991).

Podemos efectivamente verificar que nada, nas características sociográficas dos operários, sugere que tenham sido eles o "motor de arranque" para o sistema de representações que temos vindo a acompanhar.

São por um lado maioritariamente jovens, o que neste contexto sociocultural os coloca numa posição subalterna quanto à produção e legitimação de referentes simbólicos e que, em conjunto com a sua elevada escolaridade, propiciaria antes, em abstracto, a apropriação de referentes marcados pela modernidade e a ruptura.

Por outro lado, as suas referências laborais, directa ou indirectamente aplicáveis à empresa, são bastante reduzidas. Habitando embora grande parte da sua vida em meio urbano (ou tendo mesmo nele nascido), quase 2/5 dos operários ocuparam na Mozal o seu primeiro emprego regular, e só pouco mais de 1/4 têm uma experiência anterior ligada a actividades industriais ou técnicas, que durou em média apenas 3 anos e meio. A esmagadora maioria destas experiências ocorreu, contudo, na construção civil ou nas áreas da mecânica ou electricidade. Restam, por isso, apenas cerca de 7% de operários com uma prévia experiência na indústria ou mineração.

A experiência pessoal do trabalho nas minas é, por fim, excepcional e marginal, não abrangendo 1% dos operadores. Também o conhecimento adquirido por via familiar é moderado, limitando-se a cerca de 19% os operários que contam ex-mineiros entre os seus irmãos, primos, pais, tios, avôs ou tios-avôs. Em quase 1/4 destes casos, inclusive, apenas sabem que os parentes estiveram nas minas, sem que os tenham alguma vez ouvido falar da sua experiência ou recordações. [27]

Assim, se os cálculos de Ruth First acerca do peso que a emigração assumia no conjunto da população activa do sul de Moçambique estão correctos, teremos de concluir que, para além de os operários da Mozal não terem uma relação privilegiada com o imaginário mineiro, aquela que têm é mesmo mais restrita do que a verificada entre a população em geral. [28]

Tudo indicando, dessa forma, que a interpretação da Mozal à luz da memória histórica sobre a migração mineira foi “importada” da sociedade envolvente para o interior da empresa, nem por isso ela é menos efectiva e observável entre os operários do que entre os restantes cidadãos.

A questão que constitui o objecto deste artigo foi-me, aliás, suscitada pela observação directa das práticas laborais.

Nelas se observa, relativamente a um único item, uma utilização das protecções individuais que ultrapassa as apertadas regras de segurança estabelecidas pela empresa. Sendo o uso obrigatório de máscara delimitado a situações específicas (na proximidade de um forno que tenha a porta ou uma tampa abertas, ou no espaço lateral entre dois fornos), muitos trabalhadores, que têm pleno conhecimento das regras, colocam a máscara ao entrar no “*potroom*” e só a retiram ao sair, apesar de considerarem o seu uso desconfortável. O mesmo acontece com os operadores das “gruas” PTA, [29] embora saibam estar a trabalhar dentro de uma cabina hermética, alimentada por um aparelho de ar condicionado que está equipado com filtros para gás e poeiras.

Interrogando chefias aos diversos níveis, [30] ficamos a saber que elas têm consciência deste fenómeno, a que já assistiram, lhes chamou a atenção e interpretam como um excesso de zelo que mal não faz e poderá até ser positivo. Os responsáveis hierárquica e relacionalmente mais próximas dos operários ligam-no também, por sua vez, a uma prática típica dos operadores mais novatos, ultrapassada com a experiência.

No entanto, a proximidade não quer, neste caso, dizer exactidão. Se o uso permanente da máscara é quase generalizado entre os novatos e bastantes “veteranos” o vêm a abandonar, [31] muitos outros o mantêm, não sendo a habituação, a experiência e a vontade de publicamente as demonstrar suficientes para quebrar essa prática e as preocupações que lhe subjazem.

Por outro lado, se este fenómeno constitui um excesso de zelo na protecção, esse zelo não é nem indiscriminado, nem aplicado numa perspectiva de segurança de todos.

De facto, a podermos falar de uma fixação securitária por parte dos operários, ela centra-se na sua própria protecção individual e pode mesmo ser acompanhada, conforme pude observar, de um abrandamento dos cuidados que reforcem a segurança colectiva. É o caso da obrigatoriedade de deixar as portas ou tampas dos fornos abertas apenas o tempo necessário para aceder ao interior, regra que, conforme sabem os operários, reduz na fonte as emissões para o ambiente de trabalho (visto o ar ser continuamente aspirado do interior dos fornos para uma central de filtragem e tratamento), mas é cumprida de forma menos rigorosa e célere do que seria possível.

Em simultâneo, o cuidado tomado com o uso da máscara impõe-se como bastante desproporcional, quando o comparamos com o que é tido para com outros perigos, não obstante mais visíveis e imediatos.

O caso mais extremo que presenciei foi o de um condutor que transportava na sua viatura, suspensa à sua frente, uma cuba contendo 23 toneladas de alumínio em fusão, cuja tampa de protecção não tinha fechado; no entanto, tinha a máscara colocada, embora circulasse ao ar livre e carregasse um produto não poluente, mas que lhe poderia provocar queimaduras gravíssimas. De forma menos eloquente, são também observáveis com alguma frequência pequenos esquecimentos ou subversões das regras, passíveis de conduzir a ferimentos - até por parte de quem, depois, saía do local da intervenção com a máscara posta.

Ou seja, mesmo numa perspectiva de protecção estritamente individual, verificamos que a atenção e preocupações se centram em evitar a inalação de gases e poeiras que se libertem dos fornos, muitas vezes em detrimento de outros cuidados. Existindo casos, como o operário que páginas atrás vimos utilizar com desenvoltura e exactidão o conceito de "probabilidade", que prestam uma atenção permanente a todos os perigos possíveis, [32] a atitude geral é valorizar, enfatizar e temer, afinal, o perigo que mais marca o imaginário acerca das minas.

Não se trata de uma coincidência, nem de uma preocupação que não esteja consciencializada. Mesmo os operários que, tal como o fazem os "*supervisors*", ligam o uso permanente da máscara a pouca experiência do trabalho confirmam que a sua maior preocupação pessoal são as poeiras e gases. Poderá não estar muito

consciencializada, sim, a razão que os conduziu a centrar a sua atenção nesse perigo específico.

A posteriori, operários há que justificam a sua preocupação e cuidados com os próprios avisos e medidas de segurança veiculados pela empresa: «*se eles próprios dizem que é perigoso, é porque é mesmo muito perigoso*», pelo que «*tenho que ser eu a proteger-me, porque não sei o que é que eles escondem*». No entanto, esta atitude que lembra o adágio “preso por ter cão e preso por não ter” contrasta fortemente com a que é tomada em relação ao metal fundido, também ele objecto de veementes avisos e estritas regras, o que não obsta a que sejam elas o mais frequente objecto de pequenas subversões. A predisposição para “desconfiar do *boer*” que aqui encontramos (e que poderia ser ela própria lida, embora não exclusivamente, segundo a gramática da imaginário mineiro) é, então, selectiva e dirigida aos perigos invisíveis que actuam como aqueles que a memória histórica reteve das minas.

Deveremos também ter em atenção que este receio daquilo que é invisível e lento na sua acção nociva - por muito actual que seja nas sociedades europeias, sobretudo no que concerne a segurança alimentar, e por muito que nos pudesse despertar analogias com os princípios religiosos e mágicos autóctones (Honwana, 2002) - contrasta fortemente com o que é habitual encontrar na indústria (Granjo, 2001) e no quotidiano dos habitantes de Maputo: estar atento ao que se vê e fere de imediato.

Tanto assim é que não apenas os operários o reconhecem, como começam a produzir um discurso estruturado que justifique de forma generalizada essa particularidade. Declarando eu perplexidade perante uma postura tão pouco habitual e inversa da que se toma fora da fábrica, um operário de meia idade, pressupondo que um português seria católico, explicou-me, manipulando as minhas supostas referências, que seriam provavelmente as suas: «*Pois, na sociedade (sic) não é assim. Mas de que é que você deve ter mais medo? Se um homem lhe apontar uma arma na rua, o que é que você faz? Tem medo. Mas de quem é que deve ter mais medo? Do homem com a arma, ou de Deus, que ninguém vê?*» Não como causa, mas como instrumento de legitimação, outros referentes culturais são, assim, chamados a reforçar uma atitude já socialmente assumida.

A criação de novos discursos não se limita, no entanto, à justificação do cuidado com o perigo que não se vê. As dúvidas que pudessem ainda restar acerca da natureza

do fenómeno com que aqui nos confrontamos desapareceriam ao, soltando uma frase sobre a similitude entre as preocupações operárias e as consequências do trabalho mineiro, se receber num grupo de operadores uma resposta tão imediata, e logo assentida pelos restantes, que certamente havia já sido pensada e usada noutras ocasiões: *«Mas isto aqui é como se fosse uma mina. Trabalhamos a céu aberto, mas é igual. Isto é uma mina a céu aberto.»*

Consequências de uma imagem

O trabalho que realizo não pretende, contudo, estudar representações colectivas no abstracto, apenas pelo interesse que efectivamente assume a interpretação de categorias e processos cognitivos, mas abordá-las enquanto quadros conceptuais que criam realidade e consequências, sobretudo no âmbito do perigo tecnológico e industrial. Nessa perspectiva, conforme os dados de observação que fui referindo ao longo do artigo terão já tornado evidente, a adopção pelos operários do quadro conceptual que equipara a Mozal a uma mina não está isenta de consequências práticas, com impacto sobre a sua segurança, a criação de mecanismos de protecção colectiva e a gestão da empresa.

Uma delas é que, juntando-se no mesmo emprego salários elevados (segundo os critérios locais) e uma imagem de grande e traiçoeiro perigo, se criaram, à luz desse quadro de referências, as condições para encarar a situação profissional presente como indesejável a médio prazo, como transitória e destinada a criar condições para uma vida melhor, noutro lugar.

Não se trata, também neste caso, apenas de uma possibilidade analógica, mas de uma atitude declarada pelos próprios operários, com destaque para os mais jovens. O raciocínio que lhe preside é bastante directo: *«O trabalho é perigoso de mais e cada vez vai fazer mais mal à saúde. Não quero mesmo lá ficar o resto da vida, mas não podia continuar a estudar. Assim, tenho dinheiro, vou tirar o curso quando puder e arranjar um bom emprego, mesmo que não ganhe tanto.»*

Ser operador na empresa é, dessa forma, visto como indesejável em si, mas também como a chave para uma mobilidade social que, em virtude da elevada escolaridade já alcançada, tem a universidade como instrumento. Poderemos notar que, no actual quadro do país, dificilmente um salário similar poderá ser obtido por um licenciado fora desta empresa; poderemos até notar que, por escassez de empregos compatíveis, as expectativas de uma melhor situação após o prosseguimento dos

estudos se verão, provável e infelizmente, goradas em grande parte dos casos. [33] Não obstante, é previsível que a recorrência desta estratégia individual venha a impor à empresa dificuldades de gestão de pessoal e de carreiras, a par de uma diminuição, a prazo, do empenho laboral dos trabalhadores.

Esta atitude perante o emprego é, por outro lado, passível de fragilizar as potencialidades de generalização futura, entre os operários, de uma cultura de segurança colectiva, que hoje não é de facto detectável.

Como referi, as medidas de protecção eventualmente excessivas postas em prática pelos operadores têm um carácter – por eles discursivamente confirmado - de salvaguarda da integridade física individual, sendo acompanhadas de um menor cuidado com os factores de perigo que possam afectar o conjunto dos colegas. A adesão, profissionalmente vantajosa, à insistência da empresa para que se reportem todos os novos factores de perigo, quaisquer que eles sejam, não desmente esta atitude de, antes de mais, proteger-se por si e a si próprio, só depois cumprindo regras que possam ter um alcance securitário mais vasto.

Apesar de o nível de cumprimento das regras de segurança ser, num balanço prático, bastante elevado, o sentimento de responsabilidade de cada um pela segurança de todos os outros surge, assim, ténue e marginal. A esse facto não será estranho o pouco tempo de laboração da fábrica, ou a diminuta cultura operária dos trabalhadores. Tão pouco será irrelevante a maior preocupação, que os mecanismos de gestão laboral aparentam e denotam, com o cumprimento das regras do que com as razões que subjazam a essa obediência. No entanto, facilmente se compreenderá que encarar o emprego como uma situação transitória, pela qual há que passar incólume para a vida futura, não faz mais do que reforçar essa perspectiva centrada no indivíduo. [34]

A responsabilização de cada um pela segurança de todos é, no entanto, consensualmente apontada como um elemento fundamental daquilo a que Christophe Dejours (1987) chamou “ideologia defensiva profissional”, [35] espaço social de criação e difusão dos “saberes práticos de prudência” que resultam de apropriações criativas da maquinaria, baseadas na experiência das mutações que ela vai sofrendo ao envelhecer, e que reforçam quer a segurança quer, a prazo, a exequibilidade do processo produtivo.

Poderíamos provocatoriamente dizer que é da natureza das teorias, por muito sólidas que sejam e muito consenso que suscitem, ser desmentidas por casos em que particularidades socioculturais que nunca foram previstas conduzem a dinâmicas únicas. Na ausência de tais particularidades (ainda por verificar, neste terreno de estudo), justifica-se contudo salientar que, sem o sentimento de responsabilização que tenho vindo a referir, a segurança na fábrica depende exclusivamente da obediência às regras estabelecidas, só assegurável através do estreito controle sobre o seu cumprimento, e o potencial de *input* operário na prática e gestão técnicas se vê muito limitado.

Numa quarta vertente, também o centramento da atenção sobre um tipo específico de perigo não é inócuo para a forma como se age relativamente aos outros.

Verificámos anteriormente a existência de duas atitudes bastante diversas para com diferentes perigos laborais. Em rigor existe uma terceira, pois os campos electromagnéticos gerados pelos fornos – com força suficiente para inutilizar um relógio mecânico – são, apesar da polémica que rodeia na Europa os seus eventuais efeitos cancerígenos, simplesmente ignorados e objecto de uma total ausência de referências secutitárias, em virtude de pareceres técnico-científicos especializados recebidos pela empresa os fazerem considerar oficialmente inócuos para a saúde.

Ao centrarmos a nossa atenção nos perigos que são socialmente reconhecidos como tal, caberá contudo salientar que, embora o centramento de preocupações dos operários nos gases e poeiras decorra de uma reapropriação da memória histórica acerca das minas, outros factores se podem desenvolver a partir do momento em que essa atitude está instalada.

A crença operária numa insuficiente informação acerca dos perigos inaláveis induz uma sensação de imprevisibilidade, que os coloca num contraste ainda maior com os restantes. De facto, os perigos de manipular metal liquefeito são evidentes para os operadores; mas, tendo eles uma reduzida experiência da multiplicidade de factores e efeitos que interagem nos processos de produção industrial, torna-se-lhes difícil conceber como poderá o alumínio ter reacções inesperadas e provocar acidentes, se as intervenções que fizerem forem correctas. [36] O metal torna-se assim, neste contexto, em algo que tende a ser visto como previsível, permitindo ter para com ele uma atitude relativamente descansada.

Mais importante é, no entanto, o facto de a nossa capacidade para estar atentos

aos factores que sensorialmente nos rodeiam não ser infinita nem indiscriminada. Investir nas restantes ameaças o mesmo nível de preocupação e atenção que é atribuído aos gases e poeiras seria - supondo que possível - virtualmente insuportável em termos emotivos e cognitivos. Um tão efectivo centramento da atenção e valorações neste perigo específico só pode, então, ser sustentável à custa da desvalorização e menor atenção para com os restantes.

Traços disso são já, conforme referi, observáveis no presente. Qualquer previsão elaborada a partir dos dados actuais só poderá, considerando também a maior sensação de autoconfiança que a experiência de trabalho habitualmente induz, fazer esperar um agravamento dessa tendência.

Noções populares que aparentemente se limitariam a ser curiosidades inócuas inserem-se, dessa forma, na génese de um relevante factor de perigo industrial.

Pudemos verificar que a população projectou sobre a Mozal as representações que estavam sedimentadas na sua memória acerca da migração mineira. Isso ocorreu não apenas por as analogias entre ambas serem possíveis e sustentáveis, mas também por as minas serem o referente comparativo mais adequado e conhecido de entre os que tinham à sua disposição para interpretar a empresa - acabando, num processo com dinâmica tautológica, por assistir-se a uma transposição quase directa do imaginário mineiro para uma nova realidade industrial.

Verificámos igualmente que, sendo a apropriação desses referentes claramente observável nas práticas laborais e no discurso dos operários, tudo indica que não estamos perante uma produção sua, mas perante a "importação" para o interior da empresa desse quadro conceptual que equipara a Mozal a uma mina.

Essa "importação" de referentes societários arrasta, contudo, importantes consequências para os operários e a empresa. Se ela conduziu a práticas securitárias suplementares que reforçam nos operários a sensação de protecção individual relativamente aos perigos "mineiros", induz também uma visão transitória e instrumental do emprego. No seu conjunto, esses factores propiciam por sua vez um menor cuidado com os restantes perigos, e dificultam o desenvolvimento de uma cultura de protecção colectiva.

BIBLIOGRAFIA

BALLARD, Charles, 1979, *Trade, tribute and migrant labour: Zulu and colonial exploitation of the Delagoa Bay hinterland, 1818-1879*, Rhodes University, working paper.

CHIZIANE, Paulina, 2000, *O Sétimo Juramento*, Lisboa, Caminho.

CLARENCE-SMITH, Gervase, 1990 [1985], *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Lisboa, Teorema.

COVANE, Luís António, 2001, *O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920-1992)*, Maputo, Promédia.

DEJOURS, Christophe, 1987, "Approche du risque par la Psychopathologie du Travail ", FABIANI & THEYS (eds.), *La Société Vulnérable: évaluer et maîtriser les risques*, Paris, PENS, 225-230.

DELBOS, G. & P. JORION, 1984, *La transmission des savoirs*, Paris, Maison des Sciences de l'Homme.

DUCLOS, Denis, 1991, *L'homme face au risque technique*, Paris, L'Harmattan.

FELICIANO, J. Fialho, 1998, *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.

FIRST, Ruth (dir.), 1998 [1977], *O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra em Inhambane*, Maputo, Centro de Estudos Africanos – UEM.

GRANJO, Paulo, 2001, «*Trabalhamos Sobre Um Barril de Pólvora*» - *apropriações e factores sociais do perigo, numa refinaria portuguesa*, Lisboa, ISCTE.

_____, 2002, "Quando a identidade é um perigo: mutações identitárias na refinaria de Sines", *Etnográfica*, VI (2), 303-326.

_____, no prelo, "Aprendendo o perigo e a ser um de nós: integração profissional na indústria de refinação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*.

GLUCKMAN, Max, 1982 [1950], "Parentesco e casamento entre os Lozi da Rodésia do Norte e os Zulu de Natal", Radcliffe-Brown e Forde (dirs.), *Sistemas políticos africanos*

de parentesco e casamento, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 225-279.

GREENFIELD, P. & LAVE, J., 1979, "Aspects cognitifs de l'éducation non scolaire", *Recherche, Pedagogie et Culture*, Nov-Dec, 17-45.

HARRIES, Patrick, 1994, *Work, Culture and Identity. Migrant laborers in Mozambique and South Africa, c. 1860-1910*, Portsmouth, Heineman.

HONWANA, Alcinda, 2002, *Espíritos Vivos, Tradições Modernas*, Maputo, Promédia.

ITURRA, Raul, 1994, "O processo educativo: ensino ou aprendizagem?", *Educação, sociedade & culturas*, 1, 29-50.

JUNOD, Henri, 1996 [1912], *Usos e Costumes dos Bantu*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, Tomo I.

NEGRÃO, José, 2001, *Cem anos de economia da família rural africana*, Maputo, Promédia.

NEVES, Deocleciano F. das, 1987 [1878], *Das Terras do Império Vátua às Praças da República Boer*, Lisboa, Dom Quixote.

PARRY, Jonathan P., 2003, "The sacrifices of modernity in a Soviet-build steel town in Central India", working paper, London School of Economics and Political Science.

PÉLISSIER, René, 1994, *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*, Lisboa, Estampa, vol.II.

VILHENA, Maria da C., 1996, *Gungunhana no seu Reino*, Lisboa, Colibri.

VLETTER, Fion de, 1998, *Sons of Mozambique: Mozambican miners and post-apartheid South Africa*, Cape Town, Southern African Migration Project.

Diários e semanários moçambicanos de Fevereiro de 2001 a Janeiro de 2002.

Documentação da Mozal de acesso público.

[1] O presente artigo foi originalmente publicado no vol. VII, nº 2 da revista *Etnográfica* (2003) e decorre do projecto "Apropriação Social do Perigo e da Tecnologia Industrial – perspectiva comparativa Moçambique/Portugal", realizado no âmbito do ICS-UL, ao abrigo de bolsa de pós-doutoramento concedida pela Fundação

para a Ciência e Tecnologia, e com apoio logístico do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane. Desejo por isso deixar um agradecimento especial ao seu pessoal e quadro docente, ao Mito, que me guiou nos complicados caminhos para viabilização do trabalho de campo, às pessoas que na Mozal contribuíram para a sua autorização, e aos trabalhadores que compartilharam comigo o seu tempo e confiança. Igualmente agradeço a José Flávio Teixeira, para além de muitas outras razões, pela apresentação de duas das pessoas referidas neste texto e pelo seu olhar crítico sobre a versão inicial deste artigo.

[2] Viaturas privadas licenciadas para efectuar transportes públicos de passageiros, suprimindo a quase inexistência de autocarros. São, hoje em dia, quase exclusivamente carrinhas mistas ou de 9 lugares, recondiçionadas para albergar o máximo de pessoas possível.

[3] Note-se que também as reapropriações de referências surpreendentes, como é aqui o caso das minas, estão longe de ser únicas. A mais fascinante que me ocorre será a reinterpretação, por camponeses indianos, da retórica estatal acerca do sacrifício necessário à independência e ao progresso, interpretando os acidentes ocorridos durante a instalação e funcionamento de uma siderurgia como sendo sacrifícios humanos propiciatórios e deliberados – analisada por Jonathan Parry num artigo (2003) que infelizmente é ainda “not to be cited”. Mais pertinente que constatar-lo ou partir para comparações, parece-me contudo ser, no momento presente, a compreensão da lógica e contexto particulares deste caso e das suas consequências.

[4] Trata-se, respectivamente, da BHP Billiton (resultante da recente fusão de uma empresa mineira australiana com uma parte, anteriormente autonomizada, de uma congénere sul-africana), Mitsubishi e IDC.

[5] E também os cátodos, que têm contudo uma vida útil de 5 anos, findos os quais será necessário refazer o forno.

[6] É o caso, por exemplo, da utilização pública e corrente, por parte dos operários, de vestuário com o logotipo da empresa (de preço semelhante ou superior às alternativas de mercado) ou, sobretudo, a sua exigência de pagar equitativamente as contas, nos encontros informais para que os convido – exigência muito rara para com europeus, fora de contextos de amizade que ainda não são os nossos.

[7] Sendo embora este um aspecto marginal ao tema do artigo, convirá por razões de precisão esclarecer que, ao falar de “lógica de ensino”, me refiro, na sequência das sugestões diversas mas convergentes de Greenfield & Lave (1979), Delbos & Jorion (1984) e Iturra (1994), a uma lógica planificada de transmissão de conhecimentos acumuláveis e taxonómicos, expressos sob a forma de proposições “verdadeiras” que se deverá integrar e reproduzir, decorrendo o processo num contexto separado da vida quotidiana e

especificamente para isso vocacionado, em que quem ensina e quem é ensinado não pertencem ao mesmo meio cultural.

[8] Note-se que (conforme pretendo oportunamente discutir, após maior aprofundamento da questão no meu trabalho de campo) a definição rigorosa de todos os procedimentos relativos a intervenções que sejam previsíveis no processo produtivo, se por um lado potencia uma rápida obtenção de eficiência e qualidade na produção, é por outro lado passível de, a prazo, limitar a capacidade dos operários e técnicos enfrentarem de forma criativa e eficaz problemas novos e imprevistos.

[9] Trata-se da apresentação informal, num corredor, das conclusões acerca de um incidente recente (com danos apenas materiais), que foi atribuído pelo seu analista à complexidade de uma fase da manobra a executar, considerada passível de desorientar espacialmente o operador que a efectuasse. Era proposta a fragmentação dessa fase em manobras parcelares simples, contornando o risco detectado. O novo procedimento foi adoptado poucos dias depois.

[10] Este princípio, surgido na Alemanha durante a década de 1970 e adoptado na Cimeira da Terra de 1992, sustenta, sinteticamente, que na ausência de certezas científicas acerca das consequências de um risco potencialmente grave deverão ser tomadas medidas para o prevenir, em vez de aguardar pela confirmação. Não pondo em causa a visão e análise probabilística do "risco", e sendo em abstracto aceite por grande parte dos autores e praticantes dessa área, o princípio da precaução reflecte e adapta-se de forma bastante mais directa a uma visão da ameaça que a conceba como um "perigo" aleatório, imprevisível e incontrolável (Cf. Granjo, no prelo).

[11] Esta hipótese torna-se bastante plausível quando tomamos em consideração três indicadores: Gungunhana, último monarca nguni, recebia alguns dos *saguates* (tributos) em libras esterlinas (Vilhena, 1996), quando o marfim, principal produto de comércio com o exterior, costumava ser pago em bens manufacturados (Cf. Neves, 1987 [1878]); mantinha intensas negociações diplomáticas "a todos os azimutes" que, tendo chegado em 1890 à sugestão de que o seu Estado se tornasse um protectorado britânico, tiveram nesse ano a sua maior expressão prática através da outorga de, precisamente, uma concessão mineira à B.S.A.C. de Cecyl Rhodes (Pélissier, 1994); por fim, existia, muito antes da destruição do Estado de Gaza, angariação de trabalho emigrante no seu território (Ballard, 1979; Harries, 1994; Feliciano, 1998), sendo pouco plausível que o fluxo resultante não fosse tutelado pelo Estado. Note-se que a data de referência apontada no corpo do texto corresponde à criação da Câmara das Minas sul-africana e da sua estrutura centralizada de recrutamento, a Wenela; a exploração mineira em larga escala começara contudo em 1870, embora centrada na extracção diamantífera, e não aurífera.

[12] O acordo interestatal de fornecimento de mão de obra para as minas prevê o depósito no país de origem, frequentemente em ouro, de uma parte significativa do salário de cada mineiro, que só lhe será pago após o seu regresso, terminado o contrato – que poderá ter durações diversas, balizadas entre os 12 e os 24 meses. Quanto à importância financeira que esta prática assumiu para o Estado português durante a época colonial, veja-se, entre muitos outros exemplos possíveis, Clarence-Smith, 1990 [1985].

[13] O destaque aqui atribuído à questão do *lobolo* não pretende ignorar, ou negar a importância, que terão assumido para a reprodução da prática migratória factores comumente referidos como o imposto de palhota, a fuga ao *chibalo* (“contrato” compulsivo) ou mesmo a mais datada tese da desestruturação das estruturas agrícolas. Contudo, não me interessa, nesta breve contextualização, teorizar a etiologia do fenómeno, mas antes salientar alguns aspectos do seu impacto social.

[14] De facto, o *lobolo* apresentava-se como uma relação global entre grupos familiares, em que um deles se mobilizava de forma colectiva para garantir ao outro uma prestação que é classicamente interpretada como compensação pela perda, também ela colectiva, de um membro e seus futuros filhos (Gluckman, 1982 [1950]) – mesmo se também envolve, no contexto do sul de Moçambique, uma vertente religiosa de aquiescência/aliança/protecção dos antepassados em relação à união estabelecida. Essa mobilização de meios excluía em geral o próprio noivo, enfatizando a sua mudança de estatuto e o carácter colectivo do acordo. Numa consequência que me surpreende nunca ter visto salientada em abordagens acerca da monetarização do *lobolo* nesta região, o facto de passar a ser o noivo a obter os meios para lobolar altera num dos seus vértices a relação estabelecida, que passa a poder ser entendida (à imagem daquilo em que, em termos estritamente económicos, na prática se transforma) como uma aquisição pessoal, um contrato entre um indivíduo e um grupo - ele próprio frequentemente entendido como mais restrito do que antes.

[15] Essa imagem, eloquente e que me parece bastante adequada, acerca da apropriação simbólica deste matrimónio por parte da população foi-me em tempos sugerida, do decurso de uma conversa, por João de Pina Cabral.

[16] Não tenho dados acerca da justeza desta convicção popular, que é veementemente negada pela empresa. A sua correcção ou incorrecção é, contudo, pouco relevante para o tema abordado – pois o que se torna pertinente é o facto de essa convicção, a partir do momento em que existe, passar a modelar a forma como as pessoas concebem a fábrica e a sua relação com ela.

[17] Habitante de Maputo, motorista. Note-se (para além da extraordinária manipulação dos dados à disposição deste indivíduo) que, a haver poluição, ela não seria por alumínio, mas por compostos de flúor

resultantes da transformação – facto que ele desconhece.

[18] Note-se que a desigualdade salarial é outra das representações reproduzidas acerca do trabalho mineiro emigrante, embora seja menos fulcral que as anteriormente salientadas no texto.

[19] O artigo, de escrita confusa, acusa «certos» sul-africanos “brancos” da Mozal de se dirigirem a colegas moçambicanos chamando-lhes “khafur” (expressão insultuosa semelhante ao americano “negro”), o que é ligado a insinuações de apoio activo à Renamo durante a guerra civil. Curiosamente, os sul-africanos são sempre nele referidos como “boers”, expressão também ela insultuosa. Registe-se contudo que este tipo de acusações não é muito raro, ou sequer exclusivamente direccionado a sul-africanos de origem europeia - referindo aliás o artigo, a título comparativo, um caso com algum impacto público em que o acusado fora um português.

[20] Pessoas houve que me perguntaram como era estar nesses 960º que lhes ficaram na memória e que vestimentas especiais utilizava, pergunta que, de acordo com o pessoal da empresa, também não é rara durante as visitas de escolas às instalações.

[21] Mais do que nos muito elevados números de candidaturas quando são publicitadas vagas, impressionou-me a este respeito ter sido algumas vezes abordado por jovens perguntando “como é que se podia arranjar emprego lá dentro”, durante os poucos minutos em que esperava na estrada (com pouco tráfego pedestre) a minha boleia de volta a Maputo.

[22] Tive no entanto oportunidade de ouvir um destacado membro da linhagem Matola (eventualmente mais sensível a este tipo de contradições em virtude do seu estatuto de “autoridade tradicional”) reduzir esta frase no tempo, dizendo «*trabalha-se lá 3 anos, têm-se mais 3 anos de vida*».

[23] Afirmo que tal não pode ter ocorrido, não apenas pela ausência de registos e por o tempo de existência da fábrica ser insuficiente para poder originar problemas desse tipo, mas também por os trabalhadores serem acompanhados por uma clínica exclusiva (dado geralmente desconhecido pela população), não podendo, por isso, ter-se dirigido massivamente ao Hospital Central. Note-se contudo que a referência discursiva é directamente a silicose, e não problemas respiratórios crónicas ou efeitos cancerígenos, que são aqueles atribuídos por algumas fontes ao trabalho em indústrias deste tipo.

[24] A afirmação deverá ser relativizada, visto ser legítimo objectar com o carácter socialmente urbano da “cidade de caniço” que desde há muito rodeia a velha Delagoa. A Lourenço Marques “de cimento” é, não obstante, consensualmente descrita como uma cidade “branca” que só após a independência, em 1975, foi

ocupada pelos actuais habitantes de origem africana – quer como residentes, quer enquanto pessoas aceites na área considerada urbana, após os horários informal e arbitrariamente decretados de “recolher obrigatório” pelos europeus mais abusivos e violentos. Mais tarde, a guerra civil gerou também uma significativa afluência de refugiados às zonas urbanas, embora limitada por medidas políticas de restrição de circulação no país, ou mesmo de re-ruralização compulsiva.

[25] Os casos mais evidentes serão uma cimenteira e a refinaria recentemente encerrada, por decrepitude.

[26] Entre várias possíveis veja-se, a título de exemplo, Chiziane (2000).

[27] Os dados referidos decorrem da recolha de um questionário de apenas uma página, versando exclusivamente a experiência profissional anterior e a relação pessoal ou familiar com a migração mineira, cujas perguntas foram suscitadas pela observação e pelas conversas mantidas com os trabalhadores e a população. O questionário, de resposta confidencial e voluntária, contou com a adesão de cerca de metade dos operadores da “*Reduction*”.

[28] Recorde-se que a equipa de Ruth First avaliava em 20 a 30% o peso relativo que a emigração mineira tinha, em cada momento, na população activa masculina. Os cerca de 20% apurados na Mozal não se referem, contudo, a ausências simultâneas, mas a uma profundidade temporal de 3 gerações, e à existência de um ex-mineiro ou excepcionalmente dois em toda a numerosa família. Quer isto dizer que, pressupondo-se a exactidão dos registos mineiros e a seriedade dos cálculos efectuados, os operários da Mozal serão oriundos de franjas relativamente atípicas da população.

[29] “Pot Tending Assembly”, máquinas que poderíamos descrever como gruas móveis, suspensas de carris elevados, que dispõem de todas as ferramentas especializadas para as várias intervenções nos fornos que requerem a manipulação de objectos pesados ou uma elevada potência.

[30] Há 3 níveis de chefia na área industrial: por ordem ascendente, “*supervisor*”, “*superintendent*” e “*manager*”.

[31] O que reforça a tese acerca da “importação” do quadro conceptual que serve de guia à interpretação da fábrica e dos seus perigos.

[32] Embora não tenha ainda dados que me permitam afirmá-lo cabalmente, parece-me evidente que não será irrelevante tratar-se de um indivíduo oriundo do norte do país, onde a migração mineira é excepcional e apresenta pouca relevância imagética.

[33] Efectivamente, a título de exemplo, tive a ingrata surpresa de em diferentes ocasiões encontrar na rua, durante a minha última estada em Maputo, dois ex-alunos já licenciados que estavam desempregados e denotavam sinais evidentes de dificuldades económicas.

[34] Note-se *en passant* que, ao contrário daquilo que é hegemonicamente pressuposto quase ao nível de lugar comum, o centramento no indivíduo que aqui observamos não decorre essencialmente da sua imersão em contextos e referentes de modernidade (que aliás, no campo das indústrias perigosas, estão em regra geral ligados a lógicas e práticas de auto protecção colectiva), mas da reapropriação de referentes "arcaicos", e de um distanciamento subjectivo relativamente à integração perene nessas contextos.

[35] A expressão recobre um todo coerente de brincadeiras insólitas, atitudes, comportamentos, discursos esperados, assuntos tabu e saberes colectivos que, na perspectiva do grupo, reforçam a segurança de todos e, a partir daí, de cada um.

[36] Para além de tal se tornar evidente nas conversas com os próprios, contava-me um "supervisor" que, durante uma acção de formação em procedimentos de segurança, a necessidade real de baixar a viseira antes de abrir a porta de um forno só convenceu os operários quando um deles contou um caso pessoal em que, por condições de operação anormais que explicou, lhe saltaram salpicos de alumínio para a viseira, ao abrir a porta.